Revista Internacional de Educação Superior
International Journal of Higher Education

Tendências de evasão entre estudantes dos cursos de Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Maria a partir da interseção entre classe/raça/etnia

Mari Cleise Sandalowski[1] https://orcid.org/0000-0002-6526-1418
Matheus Müller Schwanz[2] https://orcid.org/0000-0003-0666-4978
Rogéria da Costa Tavares[3] https://orcid.org/0009-0008-5210-3147

Correspondência ao Autor

[1] Mari Cleise Sandalowski
Universidade Federal de Santa Maria
e-mail: mari.sandalowski@gmail.com
CV Lattes:
http://lattes.cnpq.br/8863977290030642

[2] Matheus Müller Schwanz
Universidade Federal de Santa Maria
e-mail: theusmuller@gmail.com
CV Lattes:
http://lattes.cnpq.br/9817357117889673

[3] Rogéria da Costa Tavares
Universidade Federal de Santa Maria
e-mail: rogeria.tavarescosta@gmail.com
CV Lattes:
http://lattes.cnpq.br/1110595216044724

Submetido: 26 fev. 2024
Aceito: 04 jun. 2024
Publicado: 16 jun. 2024

doi 10.20396/riesup.v12i00.8675901
e-location: e026004

ISSN 2446-9424

Checagem Antiplagiarismo
turnitin

Distribuído sobre
CC BY

RESUMO

Introdução/Objetivo: Este artigo faz parte da pesquisa intitulada "Perfil e tendência à evasão entre estudantes de graduação em Ciências Sociais da UFSM", cujo objetivo foi identificar os principais fatores que contribuíram para a tendência elevada à evasão entre os estudantes de graduação no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, nas modalidades bacharelado e licenciatura, no ano de 2022, com ênfase no recorte de classe e raça/etnia. Metodologia: O estudo foi orientado pela abordagem quantitativa, sendo utilizado o survey para a coleta de dados. A análise utilizou a pesquisa descritiva, sendo que o erro amostral correspondeu a 5% e o intervalo de confiança adotado foi de 95%. Resultados: A partir da análise dos dados, destaca-se maior tendência de evasão entre os estudantes que pertencem às classes mais baixas e/ou grupos minoritários como mulheres e negros. Dentre os fatores apresentados pelo universo da pesquisa pode-se concluir que elementos de ordem externa e interna à instituição têm um peso significativo na permanência desses estudantes no ensino superior, dentre os quais se destacam: aspectos econômicos relativos à conjuntura politico-social do período, demanda de um capital cultural elevado pelos discentes para a integralização curricular, políticas de permanência estudantil, etc. Conclusão: Destaca-se, neste sentido, que, embora, tenham sido observados avanços na área da educação superior a partir da implementação de ações afirmativas, no que diz respeito à inclusão de diferentes grupos sociais na academia, são necessárias, ainda, políticas públicas que permitam a integralização curricular desses estudantes.

PALAVRAS-CHAVE
Ensino Superior. Evasão. Ciências Sociais. Ações afirmativas

Dropout trends among students in Social Sciences courses at the Federal University of Santa Maria based on the intersection between class/race/ethnicity

ABSTRACT

Introduction/Objective: This article is part of the research entitled "Profile and tendency to drop out among undergraduate students in Social Sciences at UFSM", whose objective was to identify the main factors that contributed to the high tendency to drop out among undergraduate students in the Social Sciences course at the Federal University of Santa Maria - UFSM, in the bachelor's and licentiate degree modalities, in the year 2022, with an emphasis on class and race/ethnicity. **Methodology:** The study was guided by a quantitative approach, using a survey to collect data. The analysis used descriptive research, and the sampling error corresponded to 5% and the confidence interval adopted was 95%. **Results:** From the analysis of the data, a greater tendency to drop out among students belonging to the lower classes and/or minority groups such as women and blacks stands out. Among the factors presented by the universe of research, it can be concluded that external and internal elements have a significant influence on the permanence of these students in higher education, including: economic aspects related to the political and social situation of the period, the demand for high cultural capital by students in order to complete the curriculum, student permanence policies, etc. **Conclusion:** Although progress has been made in the area of higher education since the implementation of affirmative action, with regard to the inclusion of different social groups in academia, public policies are still needed to enable these students to complete the curriculum.

KEYWORDS

Higher Education. Dropout. Social Sciences. Affirmative action.

Tendencias de abandono entre estudiantes de cursos de Ciencias Sociales en la Universidad Federal de Santa María Basadas en la intersección entre clase/raza/etnia

RESUMEN

Introducción/Objetivo: Este artículo forma parte de la investigación titulada "Perfil y tendencia a la deserción de los estudiantes de pregrado en Ciencias Sociales en la UFSM", cuyo objetivo fue identificar los principales factores que contribuyeron a la alta tendencia a la deserción de los estudiantes de pregrado en el curso de Ciencias Sociales en la Universidad Federal de Santa Maria - UFSM, en las modalidades de licenciatura y grado, en el año 2022, con énfasis en la clase y raza/etnia. **Metodología:** El estudio se orientó por un abordaje cuantitativo, utilizando una encuesta para la recolección de datos. El análisis utilizó investigación descriptiva, correspondiendo el error de muestreo al 5% y siendo el intervalo de confianza adoptado del 95%. **Resultados:** Del análisis de los datos, se destaca una mayor tendencia al abandono entre los alumnos pertenecientes a las clases más bajas y/o a grupos minoritarios como mujeres y negros. Entre los factores presentados por el universo de la investigación, se puede concluir que factores externos e internos influyen significativamente en la permanencia de estos alumnos en la enseñanza superior, entre ellos: aspectos económicos relacionados con la situación política y social de la época, exigencia de un alto nivel de capital cultural por parte de los alumnos para completar el currículo, políticas de permanencia estudiantil, etc. **Conclusión:** A pesar de los avances en el área de la educación superior desde la implementación de la acción afirmativa, en lo que se refiere a la inclusión de diferentes grupos sociales en la academia, aún son necesarias políticas públicas que permitan a estos estudiantes concluir sus estudios.

PALABRAS CLAVE

Educación Superior. Deserción. Ciencias Sociales. Acción afirmativa.

CRediT

- **Reconhecimentos**: Agradecimentos à equipe do Labis.
- **Financiamento:** Não aplicável.
- **Conflitos de interesse**: Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
- **Aprovação ética**: Não aplicável
- **Disponibilidade de dados e material:** Não aplicável
- **Contribuições dos autores:** Conceituação, Curadoria de Dados, Análise Formal, Aquisição de Financiamento, Investigação, Metodologia, Administração de Projetos, Recursos, Software, Supervisão, Validação, Visualização, Redação – rascunho original, Redação – revisão & edição – Sandalowski, M. C.; Schwanz, M. M.; Tavares, R. C.

Editora de Seção: Andréia Aparecida Simão

1 Introdução

O dilema da evasão no espaço escolar (da educação básica ao ensino superior) é um problema manifesto na sociedade brasileira. Essa problemática social é objeto de pesquisadoras e pesquisadores de diversas áreas de conhecimento, os quais investigam os desdobramentos desse fenômeno no cotidiano dos indivíduos.

O Brasil é um país de extremas desigualdades sociais, econômicas, educacionais e raciais. O problema social da evasão perpassa todos os níveis do ensino e coloca grupos sociais em posições distintas na estrutura social. Essa assimetria impede o acesso de determinados grupos sociais aos bens estruturais e simbólicos da sociedade, tendo em vista que a educação é uma das ferramentas que pode possibilitar a ascensão social, a partir da mobilidade entre diferentes extratos sociais (Bourdieu, 2007).

No Brasil a educação por um longo período foi privilégio da classe dominante. Durante o sistema escravista, pessoas negras escravizadas foram proibidas de estudar, criando um imaginário corrente no senso comum de que a educação, principalmente a acadêmica, era destinada para poucos. O ensino superior brasileiro por muito tempo foi considerado como "templo dos brancos" (Oliven; Bello, 2017), pertencentes às classes sociais privilegiadas no país.

Esse cenário começa a mudar após muitas lutas de movimentos negro-brasileiros, indígenas e de setores da sociedade civil; esses movimentos influenciaram na criação e implementação das ações afirmativas na primeira década deste século. As leis 10.639/03 e 11.645/08 possibilitaram o acesso de grupos sociais historicamente excluídos dos espaços acadêmicos às universidades.

Contudo, quando olhamos para os índices de evasão no ensino superior, os mais afetados são aqueles estudantes que já vivem em situação de vulnerabilidade social. Nos arranjos sociais as variáveis raça/classe se interseccionam, perpetuando um ciclo de apagamento e exclusão (Unicef, Brasil, 2021). A distribuição desigual das oportunidades de acesso e permanência coloca em desvantagens esses grupos.

Dados mais recentes mostram que 55,5% dos estudantes que entraram em uma instituição de ensino desistiram do curso (Semesp, 2023). O principal motivo apontado é o fator econômico; muitos dividem estudo e trabalho e acabam desistindo dos cursos para se manter ou contribuir com a renda familiar. Apenas 26% dos estudantes concluem a graduação no tempo devido (Semesp, 2023).

Esse cenário de desigualdade no ensino brasileiro tem como um dos fundamentos históricos o sistema de escravização que esteve presente no país. Ao diferenciar grupos humanos por conta da cor da pele, instituiu-se gradativamente na estrutura social brasileira um sistema de distinção social que repercute nas diversas instâncias da sociedade, dentre elas,

no ensino superior. Ou seja, no espaço escolar são reproduzidas desigualdades sociais de diferentes ordens (Bourdieu, 2007).

Dentre essas assimetrias é possível citar as desigualdades raciais, que permanecem invisibilizadas e, muitas vezes, "justificadas" pelo mito da democracia racial (Fernandes, 2008). Esses componentes dificultam a compreensão de políticas afirmativas e ações que promovam a equidade étnico-racial nas universidades, garantindo que esses lugares sejam espaços democráticos e plurais, expressando a diversidade da sociedade brasileira.

Neste sentido, este artigo tem por objetivo identificar os principais fatores que contribuem para a tendência à evasão entre estudantes de graduação de ciências sociais (bacharelado e licenciatura), matriculados na Universidade Federal de Santa Maria durante o ano de 2022.

2 Procedimentos Metodológicos

Compreender o fenômeno da evasão demanda metodologias e ferramentas que permitam apreender os motivos que levam estudantes do ensino superior (ou mesmo da educação básica) a abandonarem seus cursos.

Diversas pesquisas têm se debruçado sobre esta temática (Costa e Picanço, 2020; Moris *et al.*, 2022; Miranda, 2022; Carvalho e Araújo, 2019; Carvalhaes e Ribeiro, 2019; Knopp e Collares, 2019; Santos, 2020). Contudo, seus desenhos metodológicos privilegiam ora a análise de dados secundários sobre a evasão, mais especificamente indicadores sociais produzidos pelas agências governamentais e/ou instituições de ensino, ora sobre informações coletadas através de abordagens qualitativas, as quais enfatizam aspectos singulares dos grupos sociais investigados, caracterizando-se da maior parte das vezes em estudos de caso. Tais perspectivas, embora sejam fundamentais para pensar o fenômeno da evasão no ensino superior, apresentam limitações, próprias da sua natureza metodológica.

É neste sentido que este artigo se propõe a pensar o fenômeno da evasão a partir do mapeamento dos principais fatores que tendem a influenciar os estudantes dos cursos a abandonarem seus cursos de graduação. Identificar essas razões é fundamental para compreender as nuances que marcam a presença e permanência, ou mesmo ausências e abandonos, desses discentes nas instituições de ensino superior.

Tendo presente estas questões, o estudo foi conduzido através da abordagem quantitativa, utilizando a pesquisa do tipo *survey* para a coleta de dados[1]. Foi elaborado um

[1] Nas pesquisas acadêmicas, os *surveys* são utilizados para mensurar opiniões, valores, percepções e relatos de experiências de indivíduos que compõem determinada população, buscando sempre identificar regularidades em seu comportamento social. São estruturados em forma de questionários compostos por perguntas com opções pré definidas de resposta (perguntas fechadas) ou não (perguntas abertas). E são aplicados pelo pesquisador aos indivíduos selecionados em uma amostra retirada da totalidade de uma população, ou autoaplicados pelo próprio indivíduo respondente. Fora do universo acadêmico, são muito comuns em pesquisas eleitorais, avaliação de serviços e produtos e em pesquisas de mercado (Babbie, 1999; Baquero, 2009; Cebrap, 2026).

questionário de perguntas fechadas (com opções pré definidas) sobre a temática e utilizado a técnica de autoaplicação com uma amostra populacional de 112 estudantes extraídos de um total de 236 matriculados nos Cursos de Ciências Sociais, na Universidade Federal de Santa Maria, no segundo semestre de 2022. Os dados foram sistematizados e tabulados com o auxílio do programa informacional SPSS[2]. Para a análise dos dados se utilizou a técnica da estatística descritiva, com um erro amostral de 5% e um intervalo de confiança de 95%. Partindo do pressuposto de que os fenômenos sociais são marcados pelas agências e estruturas presentes em uma determinada forma de organização social, foi adotada a perspectiva teórico-metodológica construtivista, com ênfase nas seguintes categorias de análise: classe, raça/etnia, evasão e ações afirmativas.

3 Resultados

A história da educação brasileira aponta para as dificuldades de determinados grupos da sociedade acessarem a escola, como negros, indígenas e indivíduos pertencentes às classes sociais menos favorecidas. Isso pode ser observado desde o período imperial[3] até períodos mais recentes de nossa história.

Segundo Djamila Ribeiro (2019) um dos mecanismos de opressão operado no Brasil é o mito da democracia racial, propagado por pensadores sociais pertencentes à elite agrária do século XX. Dentre esses pensadores podemos citar o livro "Casa & Senzala", de Gilberto Freyre (2003), que disseminou o argumento de que no Brasil a miscigenação suplantou os conflitos raciais. Freyre (2003) argumentou que, as raças que constituíram para a formação da sociedade brasileira tiveram uma relação pacífica, destituída de conflitos sociais.

Ao contrário, a partir de uma perspectiva reflexiva, o que se observa ao longo do processo de desenvolvimento histórico-social brasileiro é a existência de uma série de violências simbólicas e outras ordens de violências contra negros, indígenas e grupos sociais economicamente desfavorecidos.

É importante falar que a obra de Freyre (2003) foi um divisor de águas porque rompeu com as teorias eugenistas, que defendiam a suposta inferiorização natural de pessoas negras; mas o mito da democracia racial é nocivo, uma vez que invisibiliza a violência sofrida pela população negra e esconde a hierarquia racial (Djamila 2019) perpetuando a naturalização de

[2] O software está disponível no laboratório de informática do CCSH/UFSM em sua versão 22.

[3] Durante a escravização todos seus direitos foram negados e negros escravizados eram proibidos de estudar. A Constituição do Império de 1824, determinava que a educação era de todos os cidadãos, mas devemos lembrar que a cidadania se estendia aos portugueses, os nascidos em solo brasileiro, inclusive a negros libertos, porém, ser cidadão implicava ter posses e rendimentos, fato que dificultava a participação dos negros na educação, mesmo os libertos (Ribeiro, 2019). Constatou-se que não houve implementação de lei em âmbito imperial proibindo o acesso de pessoas negras libertas no espaço escolar, mas a historiografia apresenta assimetria entre as Províncias nesse processo de participação. No Rio Grande do Sul há registro de impedimento; encontramos a seguinte determinação em uma Lei de 1837, da província de São Pedro do Rio Grande do Sul: "são proibidos de frequentar escolas públicas: 1º. As pessoas que padecem de moléstias contagiosas; 2º Os escravos e pretos, ainda que sejam livres ou libertos" (Fonseca; Aronovich, 2016).

desigualdades raciais. O mito da democracia racial camufla racismos internalizados, afinal, “o racismo não necessita de intenção” (Almeida, 2019) já que faz parte de uma estrutura social.

Florestan Fernandes (2008) é precursor no debate sobre a pretensa ‘“democracia racial”. As pesquisas do autor visam desconstruir esse imaginário. Ele confrontou a tese de que no Brasil as relações étnicos-raciais se constituíram de forma harmônica, sem qualquer discriminação, rompendo com essa ideia e com as explicações culturalistas sobre a formação do “caráter nacional”. Em seu livro “A integração do negro na sociedade de classes” (2008) o autor defendeu que a real “não-integração” de pessoas negras na nossa sociedade devia-se, sobretudo, ainda que não exclusivamente, à pauperização decorrente de sua exclusão do mercado de trabalho, em uma economia que se pensava "competitiva" na época[4].

É somente no final do século XX que o Estado brasileiro, após intensas movimentações e pressões de alguns movimentos sociais, começa a elaborar políticas públicas mais robustas para a inclusão desses grupos sociais no ensino superior público. As políticas afirmativas, como a lei de cotas, por exemplo, são mecanismos que fomentam a equidade étnico-racial. Sancionadas pela Lei 12.711/2012 determinam que cinquenta por cento das vagas em universidades e institutos federais sejam destinadas para pessoas que estudam em escolas públicas, respeitando critérios específicos[5].

A respectiva legislação previa a necessidade de avaliação da norma após dez anos, ou seja, em 2022. Nesse período, dez anos depois da implementação, a Lei passou por avaliação, o que reacendeu intensos debates; observaram-se protestos contra e a favor das cotas; cartazes mostravam as seguintes frases: “cotas: o famoso jeitinho brasileiro”, ou “contra cotas, racistas” (Agência Brasil, 2023). Vale lembrar que as reservas de vagas são para estudantes pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e de baixa renda das escolas públicas. Neste mesmo contexto, tramitavam no Congresso Nacional vários projetos de leis; de um lado, projetos que defendiam a ampliação da atual norma, e, de outro, projetos que defendiam a exclusão do caráter étnico-racial como critério de acesso.

Depois de muitos debates, o projeto favorável pela ampliação das cotas foi aprovado na Câmara do Senado. Na nova diretriz está prevista a redução da renda de até um salário mínimo, inclusão de estudantes quilombolas, auxílio estudantil, sendo esses direitos estendidos aos estudantes de pós-graduação, entre outros (Agência, Brasil, 2023).

É preciso pontuar que todo esse debate faz parte de outras ações do Estado Brasileiro, inclusive como signatário de acordos internacionais. Em 2001, o Brasil apresentou um

[4] Lembremos das intensas imigrações estimuladas pelo Estado brasileiro de pessoas brancas, vindas principalmente da Europa, com a genuína missão de embranquecer o Brasil.

[5] É preciso observar, contudo, que o debate histórico sobre as reservas de vagas, começou com Abdias Nascimento, ativista pelos direitos civis e humanos da população negra; na época Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, em 1983 apresentou o Projeto de Lei 1.332, que defendia a implementação de ações sob o princípio da isonomia social do negro em relação aos demais representantes étnicos da população (UFJF, 2022).

documento oficial à Conferência das Nações Unidas contra o racismo, em Durban, defendendo a adoção de medidas afirmativas para a população afrodescendente nas áreas da educação e trabalho. Somando-se, temos a Constituição Federal de 1988, marco da institucionalização dos direitos humanos no Brasil, a qual estabelece importantes dispositivos que traduzem a busca da igualdade material e simbólica (Piovesan, 2008). Tais dispositivos de leis apresentam o compromisso internacional e nacional com ações pela busca da equidade étnico-racial e de classe.

É a partir deste contexto que as ações afirmativas implementadas nas universidades brasileiras estão resguardadas em amparo legal; o objetivo principal das reservas de cotas é garantir que todos tenham acesso à educação, possibilitando que as universidades sejam plurais e equânimes.

Desde de a implementação da ação afirmativa de cotas, Lei 12.711/2012, o perfil das universidades brasileiras vêm mudando, possibilitando a inclusão de parcelas da população historicamente excluídas. Dez anos depois, a lei alcançou o objetivo de deixar o ensino superior mais diverso, e este resultado se deve ao engajamento, não exclusivamente, de movimentos negros.

Em 2018, pela primeira vez, o número de estudantes negros superou o número de estudantes brancos nas universidades públicas. Esse grupo passou a representar 50,3% dos estudantes (PNAD Contínua, 2018). Em outra pesquisa realizada pela Agência Senado, em três universidades públicas, essas mudanças também podem ser observadas. Na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), pioneira na adoção das ações afirmativas no país no ano de 2003, 3.056 estudantes ingressaram via sistema de cotas no primeiro vestibular da Uerj; atualmente a universidade conta com 7.553 estudantes cotistas. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2011, o percentual de estudantes autodeclarados pretos e pardos era de 20%; no ano de 2022 fica em torno de 35%. Já a UnB, desde de 2004, oferta 3,5% das vagas para estudantes pretos, pardos e indígenas; no ano de 2012, de um montante de 42.929 discentes com matrículas ativas, esses grupos somavam 10.680 estudantes; em 2021, totalizavam 15.574 discentes, de um total de 42.929 estudantes matriculados (Agência Senado, 2022).

Os números deflagram avanços na política de acesso nas universidades, sejam elas públicas ou privadas. Mas conforme o mapa do ensino superior do Instituto Semesp (2023), entre 2017 e 2021, 55,5% dos estudantes que entraram em uma instituição de ensino superior desistiram do curso - 18, 1% continuaram cursando e apenas 26,3% concluíram no tempo devido. O abandono tem sua maior taxa de evasão nos primeiros anos de graduação e no período entre um semestre e outro.

Outra pesquisa apontava que brancos ainda eram maioria somando universidades públicas e privadas: 42,6%. Pardos somavam 31,1%; pretos, 7,1%; amarelos, 1,7%; e indígenas, 0,7%. A raça/cor de 16% era desconhecida (Inep, 2019). Se deve lembrar que esses dados foram levantados no período pós-pandêmico, contexto que potencializou problemas

manifestos; nesse sentido os índices de evasão no ensino superior aumentaram de forma considerável, por questões multifatoriais.

Tendo por objetivo compreender os principais motivos que intervêm nas taxas de abandono de cursos de ensino superior em uma determinada área de conhecimento, a pesquisa realizada na Universidade Federal de Santa Maria intitulada ‘Perfil e tendência à evasão entre estudantes da graduação em Ciências Sociais da UFSM" evidenciou o perfil socioeconômico de estudantes dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais da UFSM.

Dentre os estudantes matriculados nos respectivos cursos de graduação, no ano de 2022, 74,77% do corpo discente frequentou o ensino médio em escola pública, 16,22% em escola privada, 4,50% em escola privada com bolsa e 4,50% cursou parte do ensino médio em escola pública e parte em escola privada.

Quanto à forma de acesso ao curso, 44,14% ingressou no ensino superior utilizando o sistema de cotas. Enquanto 52,8% dos estudantes declararam não serem cotistas, os demais informaram os seguintes tipos de cotas: 22,86% são estudantes provenientes de escolas públicas, 13,33% estudantes de escolas públicas e de baixa renda, 5,71% estudantes negros, independente de renda, 4,76% estudantes negros de baixa renda e 0,95% pessoas com deficiência.

Em relação ao perfil socio-econômico, 59,82% das respondentes se delcararam mulheres, 36,61% homens, 2,68% não binários e 0,89% se declararam na categoria outros. Com relação à idade, 42, 86% dos estudantes declarou idade entre 21 e 25 anos, 26,79% se declarou entre 16 e 20 anos, 17,86% acima de 30 anos e 12,50% entre 26 e 30 anos. Ainda, 77,27% se declararam brancos, 13,64% pardos e 9,09% negros. E para a maioria dos alunos a renda de todos os integrantes da familia somados correspondeu a até R$ 3.600,00, sendo que cerca de 14% da população de estudantes afirmou que sua familia sobrevive com renda de apenas R$1.200,00 e cerca de 47% deles sobrevivem com até R$ 3.600,00 mensais.

Ao serem indagados se em algum momento pensaram em desistir do curso (evadir) 56,2% dos entrevistados informaram que sim, correspondendo à 63 estudantes de um total de 112. A tabela abaixo apresenta os principais motivos que influenciam estudantes a pensarem abandonar o curso de Ciências Sociais na instituição. Dentre as principais razões elencadas estão: dificuldade de inserção no mercado de trabalho (19,4%), dificuldade com a leitura e compreensão dos textos (14,2%), dificuldade para conciliar trabalho e estudo (13,8%) e sentir-se deslocado em relação à colegas (11,6%).

Tabela 1. Motivos para desistência

Motivo	%
Não gostei do curso	0,9
Baixa qualidade do ensino	0,9
Dificuldade de inserção no mercado de trabalho	19,4
Dificuldade com a leitura e compreensão dos textos	14,2
Dificuldade de visualizar a aplicação da teoria na prática	6,9
Sentir-se deslocado em relação à colegas	11,6
Sentir-se constrangido em relação aos professores	5,6
Dificuldade de adaptação com horários de aula	6,0
Falta de aulas práticas (construção de materiais didáticos, práticas de docência, trabalho de campo, etc)	9,5
Dificuldade de permanência (falta de recursos financeiros)	8,2
Conciliar trabalho e estudo	13,8
Outro(s)	3,0
TOTAL	**100**

Fonte: Elaborado pelos autores

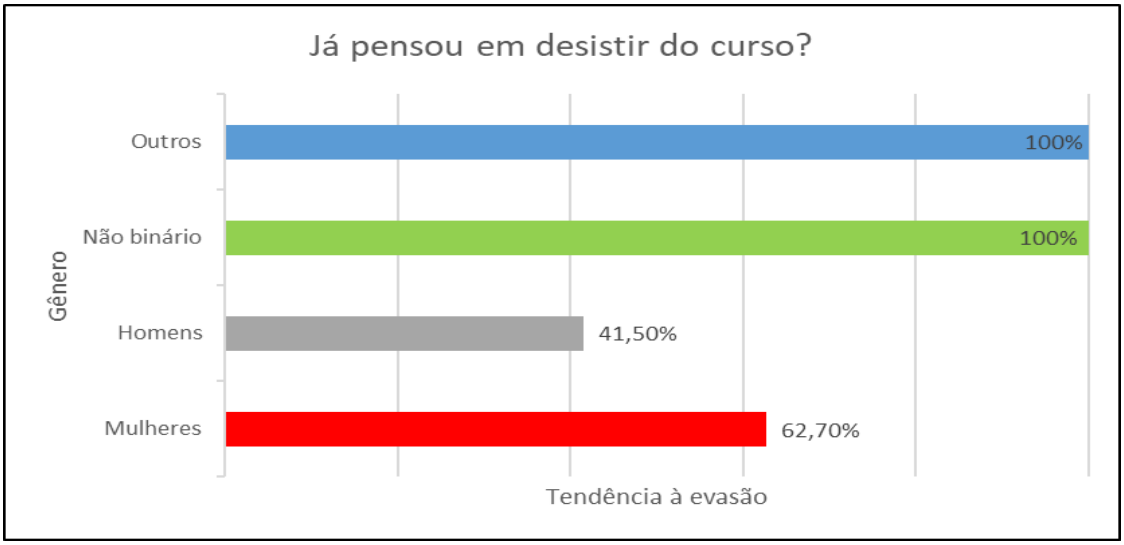
N: 63

Com o intuito de aferir se o comportamento de uma variável foi capaz de influenciar sobre o comportamento de outra foi realizado o cruzamento entre as variáveis desistência do curso, considerada como variável dependente, e as variáveis gênero, raça, renda familiar e compreensão do conteúdo, consideradas como variáveis independentes. Do mesmo modo, foi aplicado o teste do teste do qui-quadrado[6] sobre cada um destes cruzamentos.

Conforme o gráfico abaixo, é possível perceber que, de um total de 56,2% de estudantes que pensaram em desistir do curso em algum momento da graduação, 100% dos estudantes não binários pensaram nessa possibilidade; seguido por 62,7% de discentes mulheres e apenas por 41,5% de estudantes homens. E se observou a significância de 0,049 no teste de qui quadrado, provando aassociação significativa entre a variável desistência do curso e a variável gênero (sem provar o sentido dessa relação causal).

[6] Ao considerar o percentual de 95% de confiança na seleção da amostra populacional pesquisada, o valor de significância do qui-quadrado deve ser inferior a 0,05 para que o resultado de uma das variáveis seja capaz de influenciar sobre o comportamento de outra, ou seja, para que o pertencimento do indivíduo a determinada categoria faça dele mais propenso a apresentar o fenômeno estudado. Do contrário, quando acima disso, é possível afirmar que não existe relação significativa entre ambas. Mas os resultados do qui-quadrado possuem certas limitações estatísticas: a) o fato de não conseguirem expressar o tanto que o comportamento de uma variável depende do comportamento da outra variável testada; b) não conseguirem demonstrar a direção causal entre elas, ou seja, se a variável A é responsável por causar a alteração no comportamento da variável B, o contrário, ou nenhum dos casos (Babbie, 2003).

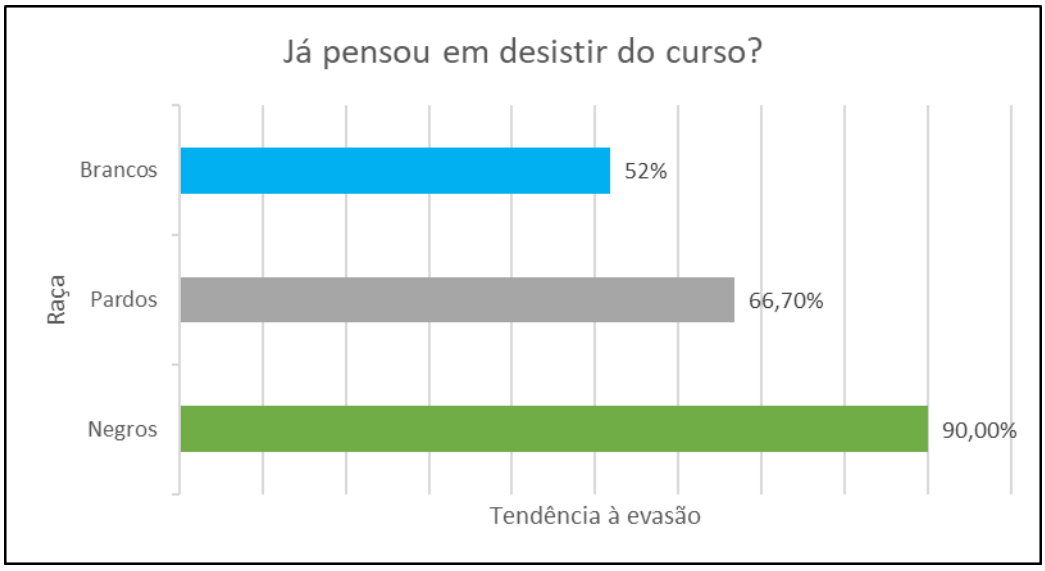
Gráfico 1. Cruzamento entre as variáveis desistência e gênero



Fonte: elaborado pelos autores

Do mesmo modo, pode ser observado no gráfico 2 que os aspectos étnico-raciais dos discentes também interferem na sua permanência ou percepção de abandono nos cursos analisados. Dentre os pesquisados que pensaram em desistir do curso (56,3%), 90% dos estudantes autodeclarados pretos cogitaram em algum momento evadir do curso, seguidos de 66,7% de estudantes pardos e 52% de estudantes autodeclarados brancos. A relação entre as duas variáveis indicou significância de 0,050 no teste do qui-quadrado, provando associação significativa entre a variável desistência do curso e a variável gênero (sem provar o sentido dessa relação causal).

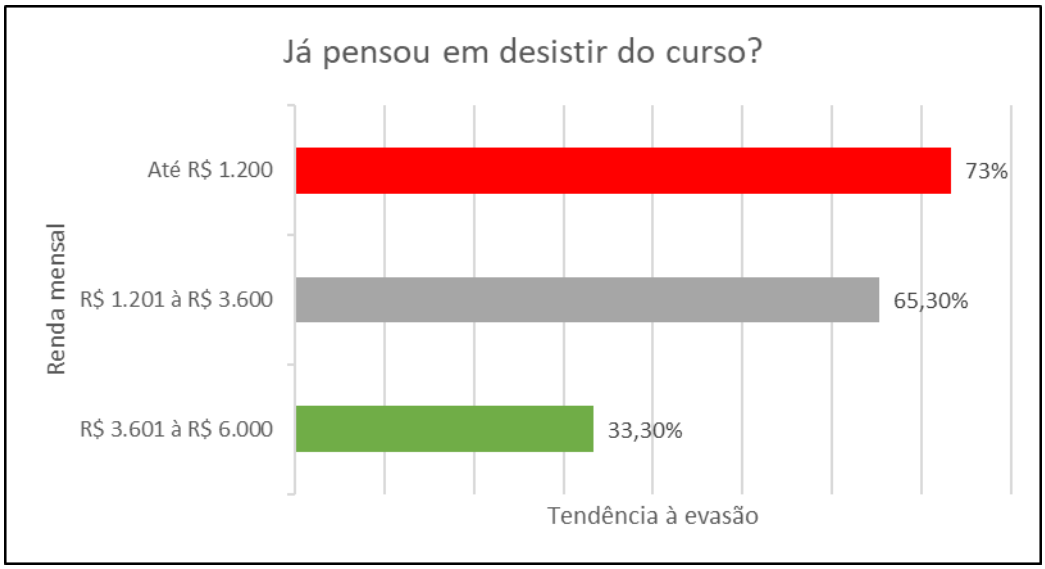
Gráfico 2. Cruzamento entre as variáveis desistência e raça



Fonte: elaborado pelos autores.

Com relação ao cruzamento entre as variáveis desistência e renda familiar mensal, apresentadas no gráfico 3, foi possível verificar que existe uma relação significativa entre elas (teste do qui-quadrado resultando em 0,025 de associação entre variáveis). É possivel perceber que quanto menor a renda familiar, maior a tendência do/da estudante abandonar o curso de graduação. Discentes, cuja renda mensal de seu grupo familiar correspondiam a até R$ 1.200,00 tiveram maior tendência de evadir da universidade (73%); esse grupo é seguido por aqueles estudantes cujas famílias têm renda entre R$ 1201, 00 e R$ 3.600,00 (65,3%) e por aqueles com renda entre R$ 3.601,00 e R$ 6.000,00 (33,3%).

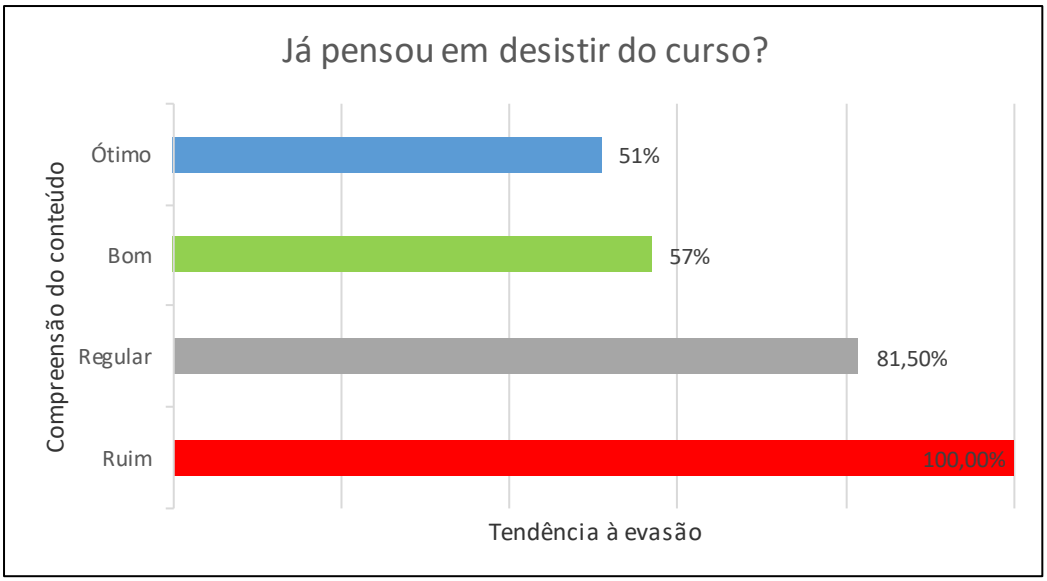
Gráfico 3. Cruzamento entre as variáveis desistência e renda familiar mensal



Fonte: elaborado pelos autores.

Quando cruzadas as variáveis desistência e compreensão do conteúdo das disciplinas (gráfico 4) se percebe que, quanto menor a compreensão do conteúdo, maior a tendência de evasão pelos alunos matriculados nos cursos de ciências sociais da UFSM. Entre os alunos que afirmou não compreender o conteúdo ministrado na maioria das disciplinas, 100% deles pensou em desistir. Entre os que afirmaram uma compreenção regular do conteúdo, 81,50% já pensou em desistir do curso em algum momento da graduação. E entre os alunos que afirmou ter uma boa ou ótima compreensão do conteúdo o percentual de tendência à evasão ficou na casa dos 50%. Para o teste de correlação entre as duas variáveis se obtevem uma significância de 0,014 para o valor do qui-quadrado, o maior valor entre todos os testados. Sendo possível afirmar que o comportamento de uma das variáveis é capaz de influenciar significativamente o comportamento da outra.

Gráfico 4. Cruzamento entre as variáveis desistência e compreensão do conteúdo



Elaborado pelos autores.

Contudo, é importante salientar que a compreensão do conteúdo não pode ser diretamente associada ao tipo de relação estabelecida entre os estudantes e professores do curso (correlação mais comum de ser construida). Se há uma relação forte entre a menor compreensão de conteúdo e maior tendência de desistência do curso, essa relação precisa ser pensada a partir dos tipos de capitais culturais que esses estudantes possuem. Ou seja, quanto menor for o capital cultural (aqui entendido como os ativos sociais que um agente social possui como, por exemplo, educação, comportamento, habilidades, etc., que identificam sua posição na sociedade) maior é a possibilidade desse estudante evadir do curso. Observa-se aqui, que a academia no Brasil tradicionalmente foi um espaço ocupado pelos grupos privilegiados[7]. Seu modus operandi, o tipo de conhecimento que ela demanda sobre os diferentes conteúdos constituem-se, em muitas situações, como barreiras para muitos estudantes, tendo em vista sua trajetória escolar, familiar e social.

Se as ações afirmativas incluíram parcelas étnicos-raciais nas universidades públicas brasileiras, assim como indígenas e filhos de trabalhadores, observa-se mesmo assim que essa população está sub representada, considerando que a maior população negra fora do continente africano está no Brasil, correspondendo a 56% (PNAD Contínua, 2022). Outra variável que deve ser considerada é que boa parte da população negra apresenta traços de vulnerabilidade econômica e social. Falar sobre desigualdade social no Brasil é também falar de desigualdades raciais, nos arranjos sociais as variáveis raça/classe se interseccionam, pois, pessoas pretas e pardas, são as que mais sofrem com a falta de oportunidade e má distribuição de renda. Segundo o IBGE (2022), a população brasileira é composta por 56% de pessoas autodeclaradas pretas e pardas, contudo, 71% deste grupo encontra-se abaixo da linha de pobreza, enquanto apenas 27% dos brancos encontram-se na mesma situação.

[7] Segundo o Censo da Educação (2022), em 1980 havia 1.377.286 pessoas matriculadas no ensino superior no Brasil. No ano de 2022 este número passa para 9.443.595 matrículas. Observa-se a tendência de aumento de matrículas a partir da implementação das políticas de ação afirmativa que iniciam gradualmente a partir da primeira década deste século.

O acesso de grupos étnicos-raciais, negros e indígenas, ao ensino superior avançou de forma considerável. Contudo, é preciso ressaltar que a população negra é a mais atingida por fatores socioeconômicos, o que implica em sua permanência nos cursos. O alto índice de evasão afeta principalmente quem já vive em situação de vulnerabilidade social.

Embora as ações afirmativas tenham um papel fundamental no acesso de diversos grupos sociais às universidades públicas brasileiras, é necessário tratar com urgência os temas ligados à permanência e acolhimento desses estudantes no ensino superior, sejam eles concernentes às políticas de assistência estudantil, articulação entre a formação e atuação profissional e a própria reformulação curricular dos cursos de graduação. A inserção de estudantes negros, indígenas, filhos de classes trabalhadoras na universidade nestes últimos anos redefiniu a comunidade acadêmica. Como consequência, torna-se cada vez mais premente que o estado brasileiro adote medidas, através de políticas públicas, voltadas para a permanência desses estudantes no ensino superior.

4 Considerações Finais

Este estudo procurou mapear os principais motivos que contribuíram para a tendência à evasão entre discentes dos cursos de bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria, no ano de 2022.

Para compreender estas disposições é preciso observar que o ensino superior passou por um processo de transformação nos últimos dez anos, tornando-se muito mais plural e representativo da sociedade brasileira. A lei 12.711/2012, conhecida como a lei de cotas, democratizou o ensino, permitindo que as universidades tornassem-se mais diversas, com o acesso de grupos étnicos-raciais e de classes trabalhadoras. Contudo, embora tenha apresentado significativo avanço quanto à participação de negras e negros no ensino superior, além de outros grupos sociais, os dados desta pesquisa indicam a necessidade de investimento em políticas de permanência estudantil, além de uma reflexão do modelo de universidade hoje presente, ainda herdeira de uma estrutura voltada basicamente para os setores privilegiados da sociedade.

Pretos e pardos são maioria no Brasil: representam 56% da população total. No ano de 2018 o número de matrículas de estudantes negros chegou a superar a de estudantes brancos (IBGE, 2022) no ensino superior da rede pública. Se, por um lado, houve significativo avanço quanto ao acesso desses estudantes ao ensino superior, por outro, ainda há um vácuo nas medidas que tenham por objetivo permitir que esses estudantes integralizem seus cursos.

Os avanços são nítidos, mas quando analisados com maior profundidade, levando em consideração as intersecções raças/classe, percebe-se que são necessários avanços na elaboração de políticas públicas voltadas para esses grupos sociais em relação ao ensino superior. O alto índice de evasão nos cursos de graduação afeta principalmente quem já vive em situações de desigualdade social, sejam elas relativas às questões de classe, raça/etnia ou gênero, as quais precisam ser pensadas de forma interseccional.

Em relação a este estudo, o perfil majoritário dos estudantes dos cursos de bacharelado e licenciatura em ciências sociais, da Universidade Federal de Santa Maria, matriculados no ano de 2022 era composto por mulheres (59,8%), provenientes da rede de ensino pública (74,8%), cujas rendas familiares variam até três salários mínimos (62,1%).

Muitos dos estudantes entrevistados já pensaram em abandonar o curso em algum momento (56,3%) e como principais motivos citaram cinco fatores: mercado de trabalho hostil à área, dificuldade de leitura e compreensão dos textos, dificuldades em conciliar trabalho e estudo, sentir-se deslocado em relação aos colegas e falta de aulas práticas.

Além disso, o cruzamento das variáveis e o uso do teste do qui quadrado, constatou que existe maior tendência de evasão entre determinados perfis dos estudantes. Os estudantes com maior tendência em desistir do ensino superior são estudantes não binários (100%), negros (90%), estudantes cuja renda familiar é de até um salário mínimo (73,3%) e mulheres (62,7%).

Os dados apontaram que o perfil dos estudantes de ciências sociais compreende estudantes filhos de classes trabalhadoras, que de forma geral têm maior tendência à evasão pela falta de capital cultural, social e econômico. O que principalmente se observa é o fato da universidade hoje ainda não estar suficientemente preparada para receber a diversidade de estudantes que chegam a cada ano na instituição, com capitais culturais muito distintos. Diante dessa diversidade, o desafio que o Estado brasileiro e a própria academia tem neste momento é debater e implementar políticas públicas voltadas para a permanência e acolhimento desses estudantes, além de repensar os alcances e limites dos currículos vigentes e um maior diálogo entre a formação e a prática profissional.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Lei de Cotas: entenda as mudanças aprovadas na Câmara.** 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-08/lei-de-cotas-entenda-mudancas-aprovadas-na-camara. Acesso 12 dez. 2023.

AGÊNCIA SENADO. **Lei de Cotas tem ano Decisivo no Congresso.** 2022. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/02/lei-de-cotas-tem-ano-decisivo-no-congresso. Acesso 25 nov. 2023.

ALMEIDA, Silva. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Ed. Pólen, 2019. ISBN 978-85-98349-75-6.

BOURDIEU, Pierre. Cap.VI. O diploma e o cargo - Relações entre os sistemas de produção e o sistema de reprodução. *In*: Nogueira, Maria Alice; Catani, Afrânio (org.). **Escritos da educação**. Rio de Janeiro: Ed. Petrópolis/Vozes, 2007. ISBN 9788532620538.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

BAQUERO, Marcello**. Pesquisa quantitativa nas ciências sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

BRASIL. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei n. 11.645/2008, de 10 de março de 2008**. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 ago. 2012.

CARVALHAES, Flavio; RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil - Desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 195-233, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ts/i/2019.v31n1/. Acesso em: 10 ago. 2023.

CARVALHO, Rayana Andrade de; ARAUJO, Edineide Jezini Mesquita. Expansão do acesso à educação superior em um debate interseccional de gênero e classe. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 30, n. 1, 2019, p. 442-459. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/issue/view/422. Acesso em: 10 ago. 2023.

CEBRAP. Métodos de pesquisa em ciências sociais: bloco quantitativo. São Paulo: SESC/CEBRAP, 2016.

COSTA, Andréa Lopes da; PICANÇO, Felícia. Para além do acesso e da inclusão: Impactos da raça sobre a evasão e a conclusão no Ensino Superior. **Novos estudos. CEBRAP**, São Paulo, v. 39, n 02, p. 281-306, mai./ago. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/nec/i/2020.v39n2/. Acesso em: 10 ago. 2023.

FERNANDES, Florestan. **A integração dos Negros na Sociedade de Classes**. São Paulo, Editora O Globo, 2008.

FONSECA, Marcus Vinicius, ARONOVICH, Surya Pombo de Barros (org). **A História da Educação dos Negros no Brasil**. Niterói: Ed. UFF, 2016.

FREYRE. Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Editora Global, 2003.

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. 2022. Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html. Acesso 02 dez. 2023.

INEP. Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2022.** Brasília, 10 de outubro de 2023. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf. Acesso em 10 ago. 2023.

INEP. Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2019**. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/02/lei-de-cotas-tem-ano-decisivo-no-congresso. Acesso em 10 ago. 2023.

INSTITUTO SEMESP. Mapa do Ensino Superior. 13ª ed. 2023. Disponível em: https://www.semesp.org.br/mapa/edicao-13. Acesso em: 11 dez. 2023.

KNOP, Márcia; COLLARES, Ana Cristina Murta. A influência da origem social na probabilidade de concluir os diferentes cursos de ensino superior. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 551-380, mai./ago. 2019. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/issue/view/1721. Acesso em: 10 ago. 2023.

MIRANDA, Vinícius de Lacerda. Ensino superior e desigualdades sociais: características dos estudantes da UFRB por grau de prestígio de seus cursos. **Revista do PPGCS/UFRB - Novos Olhares Sociais**, Cachoeira, v. 5, n. 1, p. 60-103, 2022. Disponível em: https://www3.ufrb.edu.br/index.php/novos-olhares-sociais/issue/view/199. Acesso em: 10 ago. 2023.

MORIS, Carlos Henrique Aparecido Alves *et al*. Distinção e classe social no acesso ao ensino superior brasileiro. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 69-91, 2022.

OLIVEN, Arabela Campos; BELLO, Luciane. Negros e Indígenas Ocupam o Templo Branco: Ações Afirmativas. **Revista Horizontes Antropológicos,** Porto Alegre, v. 23, n. 49, p. 339-374, set./dez. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ha/i/2017.v23n49/. Acesso em: 10 ago. 2023.

PIOVESAN, Flávia. Ações Afirmativas no Brasil: Desafios e Perspectivas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 887-89, set./dez. 2008. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/issue/view/1131. acesso em: 10 ago. 2023.

PNAD Contínua. **Aumenta número de negros nas universidades em 2018, segundo IBGE.** Disponível em: https://www.camara.leg.br/tv/615569-aumenta-numero-de-negros-nas-universidades-em-2018-segundo-ibge/. Acesso em 14 dez. 2023.

PNAD Contínua. **Proporção de pretos e pardos e de brancos na população em 2022**. Disponível em: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/22/total-de-pessoas-que-se-autodeclaram-pretas-e-pardas-cresce-no-brasil-diz-ibge.ghtml. Acesso em 14 dez. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista.** São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Elen Cristina Ramos dos. Permanência e resistência de estudantes oriundas de uma escola pública na universidade – interfaces entre raça, gênero e classe. **Áskesis,** São Carlos, v.9, n.1, p. 36-58, jan./jun. 2020.

UFJF Notícias. **Uma Década Depois: Reparação Histórica das Cotas ainda não é suficiente.** 2022. Disponível em: https://www2.ufjf.br/noticias/2022/07/07/uma-decada-depois-reparacao-historica-das-cotas-ainda-nao-e-suficiente/. Acesso em 21 nov. 2023.

UNICEF Brasil. **As desigualdades de raça e Gênero.** Relatório, 2021. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/desigualdades-de-ra%C3%A7a-e-genero. Acesso em: 16 nov. 2023.